

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.104 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: JACQUELINE BERNARDI CANDIDO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CLEBER VILELA BROSTEL</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL</b>

**DECISÃO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO –  
REPETIÇÃO DE INDÉBITO – TRIBUTOS  
SUJEITOS A LANÇAMENTO POR  
HOMOLOGAÇÃO – ARTIGOS 3º E 4º,  
SEGUNDA PARTE, DA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 118/05 – AGRAVO  
DESPROVIDO.**

1. O Tribunal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 566.621/RS, relatado pela ministra Ellen Gracie, concluiu ser inconstitucional a aplicação dos artigos 3º e 4º, segunda parte, da Lei Complementar nº 118/2005 às situações anteriores à vigência da norma, isto é, 9 de junho de 2005, considerada a propositura da demanda.

2. Em face do precedente, ressaltando a óptica pessoal, desprovejo o agravo.

3. Publiquem.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator